

DECRETO ANTECIPAÇÃO DE FERIADOS e MANUTENÇÃO DE MEDIDAS RESTRITIVAS EM SANTO ANDRÉ

Objeto: análise da constitucionalidade e legalidade do Decreto nº 17.630, de 23 de março de 2021, do Município de Santo André/SP

O QUE DIZ O DECRETO MUNICIPAL Nº 17.630/21

O Decreto nº 17.630/21, de 26/03/2021, do Município de Santo André (prefeito Paulo Serra), que entrou em vigor em sua publicação antecipa feriados.

O Decreto antecipa feriados para 29, 30 e 31/03 e 1º/04, os feriados de 8/04 (aniversário da cidade), 21/04 (Tiradentes), 03/06 (Corpus Christi), 09/07 (Revolução Constitucionalista).

Não se aplica, de acordo com o artigo 3º, “às unidades administrativas e aos servidores que prestam serviços essenciais e obrigatórios à população, em turnos ininterruptos de revezamento ou plantão, ou cujas atividades não possam ser interrompidas em razão do princípio da continuidade do serviço público, incluindo a Guarda Civil Municipal – GCM, o serviço de trânsito, as Unidades de Saúde e outros, a critério do Secretário da área.”

Ou seja, a **atividade industrial não está excepcionada da observância ao Feriado**.

Com relação à questão trabalhista, **exercício de atividade laborativa em feriado**, cumpre observar ao manifestado pelo Departamento Sindical:

“Caso haja o desejo de manter as atividades nesse período, é necessário observar as diretrizes sanitárias, em especial o disposto no Decreto Estadual nº 65.563/2021 sobre a fase emergencial, bem como a legislação trabalhista, notadamente se a empresa possui autorização para funcionamento aos domingos e feriados, que pode ser provisória, fruto de negociação coletiva ou autorização da Secretaria do Trabalho, ou mesmo a permanente, nos termos do Decreto nº 27.048/1949 e Portaria nº 1.809/2021.

Caso a empresa não tenha autorização provisória ou permanente para o funcionamento e pretenda funcionar nos dias de feriados antecipados, a legislação prevê o pagamento em dobro, salvo concessão de folga compensatória:

Lei nº 605/1949

Art. 9º Nas atividades em que não for possível, em virtude das exigências técnicas das empresas, a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga.

Decreto nº 27.048/1949, Artigo 6º: § 3º Nos serviços em que for permitido o trabalho nos feriados civis e religiosos, a remuneração dos empregados que trabalharem nesses dias será paga em dobro, salvo a empresa determinar outro dia de folga.

Súmula nº 146 do TST

TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS, NÃO COMPENSADO

O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

Oportuno esclarecer ainda que há entendimento jurisprudencial no sentido de que a folga compensatória deve ser concedida na mesma semana.

Assim, diante das peculiaridades da antecipação de número expressivo de feriados para mesma semana, a alternativa mais segura é o pagamento em dobro ou a negociação coletiva (CCT ou ACT) para disciplinar a forma de compensação. Se a empresa já possuir acordo coletivo de compensação ou banco de horas, cabe analisar como o instrumento disciplina a remuneração ou compensação dos feriados. Pelo exposto, cabe a empresa avaliar a alternativa a ser aplicada ao caso concreto, sendo certo que a negociação coletiva é sempre um caminho seguro a ser seguido, vez que poderá disciplinar tanto a autorização provisória quanto ao trabalho em domingos e feriados (Portaria MTE nº 945/2015), bem como poderia disciplinar como se dará o pagamento ou a compensação dos dias trabalhados.”